

IGOR BRUNO SILVA DE OLIVEIRA

**A DEFINIÇÃO DOS
CANDIDATOS AO PLEITO ELEITORAL**

O interesse do eleitor pelo processo de votação



Belo Horizonte
2018

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO AO SUFRÁGIO	5
2.1	Evolução histórica do sufrágio no Direito brasileiro	6
2.2	Evolução história da Justiça Eleitoral brasileira	15
3	PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO E SEUS PILARES (PRINCÍPIOS)	19
3.1	Princípio da anualidade eleitoral	21
3.2	Princípio da vedação da restrição de direitos políticos	23
3.3	Princípio do devido processo legal	23
3.4	Princípio da proporcionalidade	24
3.5	Princípio da imparcialidade do juiz eleitoral	25
3.6	Princípio dispositivo	26
3.7	Princípio do impulso oficial	27
3.8	Princípio da publicidade	27
3.9	Princípio da lealdade processual	28
3.10	Princípio da economia processual ou da instrumentalidade das formas	29
3.11	Princípio da celeridade processual	31
3.12	Considerações sobre o processo eleitoral brasileiro e seus princípios	32
4	ELEIÇÃO COMO PROCESSO LEGITIMADOR DA ALTERNÂNCIA DE PODER	33
5	COMPETÊNCIAS OU ATRIBUIÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL BRASILEIRA	39

6	PROCESSO DE HABILITAÇÃO DE CANDIDATO PARA O PLEITO ELEITORAL.....	55
6.1	Dos requisitos para o pedido de registro de candidatura.....	58
6.2	Da candidatura <i>sub judice</i>	63
7	A DEFINIÇÃO DOS CANDIDATOS AO PLEITO ELEITORAL E O INTERESSE DO ELEITOR	65
7.1	Empoderamento do eleitor na busca do fortalecimento da condição de cidadão.....	68
7.2	A participação estatal no empoderamento do cidadão brasileiro e na formação de sua escolha política	71
7.3	O papel dos partidos políticos na definição dos candidatos ao pleito eleitoral e a participação do cidadão na vida política.....	76
7.4	A atuação da Justiça Eleitoral na definição dos candidatos ao pleito eleitoral e na formação do interesse do eleitor pela vida política	79
7.5	Novas formas que auxiliam o eleitor no interesse pela vida política e na definição de seu elegível	85
8	A DEFINIÇÃO DOS CANDIDATOS AO PLEITO E O REAL INTERESSE DO ELEITOR NA SUA PARTICIPAÇÃO	91
8.1	Possíveis causas para um indeferimento extemporâneo do registro de candidatura	94
8.2	Indeferimento extemporâneo de registro de candidatura e o prejuízo para as eleições.....	98
8.3	Anulação das eleições majoritárias ante o indeferimento tardio de registro de candidatura.....	100
8.4	Aproveitamento indevido da votação de candidato proporcional inelegível.....	102
8.5	A definição dos candidatos ao pleito e o real interesse em sua participação	104
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	111